

CYBERATIVISMO: PRÁXIS NA MONITORIA DE SOCIEDADE, DIFERENÇAS E DIREITOS HUMANOS NOS ESPAÇOS LUSÓFANOS

William Frederico De Souza Rodrigues¹
Francisco Vítor Macêdo Pereira²

RESUMO

A internet está cada vez mais presente no cotidiano dos sujeitos e o maior acesso é voltado para as redes sociais, onde os indivíduos reagem para criar vínculos, se socializar ou debater sobre os problemas atuais. Deste modo, as redes sociais funcionam como ferramentas de resistência onde o *cyberativismo* (uso da internet para divulgar informações, reivindicar apoio e mobilizar pessoas e grupos sociais), tem contribuído e intensificado as lutas antirraciais, políticas e para fortalecer o movimento feminista na atualidade. Como exemplo, podemos citar a manifestação #ELENAO em repúdio ao candidato a presidente Jair Bolsonaro, em 2018. Outro exemplo da força dos movimentos na internet, foi a mobilização Vidas Negras Importam, em julho de 2020 no Brasil contra a violência policial.

Palavras-chave: Ativismo Direitos Humanos Políticas Sociais Desigualdade .

Unilab, Instituto de Humanidades, Discente, william.rodrigues@aluno.unilab.edu.br¹
Unilab, Instituto de Humanidades, Docente, vitor@unilab.edu.br²



INTRODUÇÃO

Este trabalho é fruto da minha experiência como monitor da componente curricular Sociedades, Diferenças e Direitos Humanos nos Espaços Lusofânos (doravante SDDH), sob a orientação do Professor Doutor Francisco Vítor Macedo Pereira. Em uma das atividades planejadas para esta componente, juntamente com a estagiária docente do Mestrado Interdisciplinar em Humanidades, Professora Maria Estefânia Sabino Freitas, pensamos no cyberativismo como proposta que levasse em conta ações políticas de formação em Direitos Humanos por meio das redes sociais.

Ao pensarmos essa atividade, consideramos como a internet está cada vez mais presente no cotidiano dos brasileiros. Conforme pesquisa realizada pelo IBGE em 2016, já somos mais de 64,7% da população *on line*. Desse modo, as redes sociais funcionam como ferramenta de plena comunicação e muitas pessoas e/ou grupos nelas organizados as utilizam para divulgar informações, reivindicar direitos e mobilizar pessoas. É dessa forma que surge o cyberativismo: um tipo de ativismo que usa a internet para a realização, a mobilização e a divulgação de causas políticas, sociais e/ou ambientais.

Sabe-se que a componente curricular de SDDH pretende debater com os educandos as questões referentes ao racismo, à intolerância religiosa, à cultura dos Direitos Humanos, às diferenças (de gênero, sexual e étnica) e às desigualdades sociais. Portanto, para pôr estas questões em prática, decidimos realizar uma atividade em que os alunos e as alunas desenvolvessem ações para o enfrentamento das discriminações na atualidade, as quais potencialmente ameaçam ou desrespeitam os direitos à liberdade e à vida.

Após intensos debates e reflexões em sala de aula, a partir da prévia leitura de textos selecionados e discutidos pelo Professor titular da componente, propusemos aos alunos e às alunas que criassem uma imagem que representasse um enfrentamento à violência de gênero ou uma forma de combate ao racismo, entre outras; a fim de que, depois, postassem essa mesma imagem nas redes sociais que mais utilizassem, apresentando uma postura ou um comentário de respeito, apreço, apoio, conscientização, solidariedade e/ou empatia às causas da diversidade, das diferenças, do combate às injustiças, violências e desigualdades - temas também trabalhados na componente.

Para esta atividade, nos escudamos em Paulo Freire (2010), que propunha um processo educativo dialogado, em que o educando não é visto pelo educador como uma tábula rasa, haja vista que o humano é um *ser no mundo* e, como tal, é capaz de refletir sobre si e as suas possibilidades de (inter)ação.

Temos de pensar que toda atividade didaticamente planejada para a educação em Direitos Humanos, tal como essa do cyberativismo, tem de assumir como objetivo o diálogo e o debate de ideias acerca da diversidade, já que vivemos tempos em que os valores democráticos encontram-se sob a ameaça.

A História e a Sociologia nos auxiliaram nesse propósito, já que o nosso intuito é igualmente a transversalidade, no que diz respeito à possibilidade de se instituir - na prática educativa - uma analogia entre *aprender conhecimentos teoricamente sistematizados* (aprender sobre a realidade) e as *próprias questões da vida real* (aprender na realidade e da realidade).³ O ensino visto assim levanta questões de modo mais amplo,



detendo os efeitos da fragmentação discursiva, na mesma medida em que coteja saberes e experiências em situações de possível oposição.

Quando estudamos os Direitos Humanos, devemos pôr em prática o diálogo entre as ciências humanas e sociais, pois só então compreenderemos por que existe o racismo hoje, as violências contra as mulheres, contra a comunidade LGBTQ +, além das desigualdades entre povos, etnias e comunidades tradicionais.

Dessa forma, ao iniciar as aulas, conversamos com os alunos, expondo exemplos de movimentos que eclodiram a partir de mobilizações realizadas pela internet. Ou seja, movimentos e situações que tiveram foco em conflitos, disputas e reivindicações reais, como o assassinato brutal de George Floyd, em maio de 2020, nos Estados Unidos, por um policial branco que o afixou até a morte. Com a repercussão desse crime pela internet, milhões de pessoas foram mobilizadas para irem às ruas protestar contra a violência policial e o genocídio da população negra, deflagrando o movimento global intitulado *Black lives matter*.

Novamente, como forma de contextualizar os conteúdos das aulas com a atividade, nos debruçamos nos diálogos entre a História e a Sociologia, focando nas relações estruturais entre racismo e violência policial, bem como nos diversos modos por meio dos quais os negros se mobilizaram contra essa e outras violências sofridas ao longo da história de escravidão, humilhação e preconceito. Decerto, conferimos, para isso, especial ênfase ao mais recente movimento global *Black lives matter* (vidas negras importam).

Fizemos alusão igualmente à Primavera Árabe, consistente em uma onda de protestos ocorrida no Oriente Médio e no norte da África, em que a população saiu às ruas, aos milhões, com o objetivo de derrubar governos ditatoriais. A Primavera Árabe é considerada um dos primeiros movimentos de massa convocados a partir da internet (as lideranças, entre os anos de 2011 e 2012, conclamaram as populações de seus países às manifestações por democracia através das redes sociais como *Twitter e Facebook*).

Além desses movimentos, destacamos ainda outros para inspiração da atividade, como: o *Ocupe Wall Street* (2011) e o *Ele Não* (2018). Por fim, o objetivo dessa atividade consistiu em pôr os alunos e as alunas em contato com práticas discursivas, políticas e educativas em defesa das liberdades, da dignidade e dos Direitos Humanos; sempre pensando e atuando dialeticamente, porque acreditamos que todo debate, leitura e escrita sobre o racismo, o machismo e a lgbtqi+fobia e seus discursos podem ser postos em prática por todos os meios. Só assim, como nos diz Freire (2010), teremos a práxis em favor da vida. Esperamos, nesse sentido, ter conseguido contribuir para as discussões sobre a formação e a cultura para os Direitos Humanos e o respeito às diferenças.

METODOLOGIA

Pensamos em um processo construído coletivamente por meio do diálogo, valorizando a horizontalidade entre educador-educando, tal como preceitua Paulo Freire (2010). Não se pode, afinal, acreditar que, em sala de aula, o educador é soberano, e que o educando é uma bacia vazia a ser preenchida. Por isso, as atividades



devem ser pensadas e realizadas coletivamente, em um constante diálogo entre todos os envolvidos.

Diante disso, o método de que nos utilizamos é o mesmo proposto por Paulo Freire (2010). Ou seja, primeiramente se pensa a atividade de maneira coletiva e, em seguida, debate-se com os educandos aquilo que eles conhecem sobre o tema. Por último, a título de avaliação e síntese, reflete-se - igualmente de modo conjunto - sobre os resultados; encerrando-se, assim, um ciclo de aprendizagem e construção histórica, baseado em *ação-reflexão-ação*.

Mediante esse método, que na verdade é uma sistematização de práticas educativas ancestrais, utilizadas por Paulo Freire para alfabetizar jovens e adultos, foi que surgiram os círculos de cultura. Sabe-se que é na roda onde todos podem se olhar sem hierarquia, sendo horizontal a relação entre educador-educando, e é dessa forma que se dão as práticas de emancipação educacional. Nos círculos de cultura, o educador também aprende com o educando, trata-se de um caminho de ida-e-volta.

Foi partindo e retornando a essas premissas, que as atividades de nossa monitoria se desenvolveram. Ou seja, por meio do compartilhamento de ideias e opiniões entre o professor-orientador, o monitor e a estagiária docente e, principalmente, com os alunos e as alunas da componente curricular, todas, todes e todos pudemos aprender e ensinar muito.

Nas demais atividades de nossa monitoria, debatíamos os textos que foram lidos, depois propunhamos atividades escritas, cujo objetivo consistia no alcance de reflexões mais profundas acerca dos temas expostos pelo professor (combate ao racismo, desigualdades e injustiças de gênero, diversidade sexual, feminismo negro etc). Essas atividades eram lidas e corrigidas pela monitoria, sob a supervisão do professor-orientador e da estagiária de docência. Em todas as oportunidades, dialogávamos sobre a prática docente e, nas aulas seguintes, não deixávamos de dar o devido retorno às/aos estudantes.

Foi no âmbito dessa relação horizontal de diálogo que pensamos em uma atividade que fosse, ao mesmo tempo, uma ação e uma formação em Direitos Humanos - utilizando-nos das redes sociais para gerar debates. É verdade que não conseguimos escapar de algumas polêmicas, haja vista o atual clima político - sobretudo aqui no Brasil - de negações, exceções e polarizações. Sabemos que para a formação em Direitos Humanos, o nosso atual contexto político nos exige amorosidade e empatia: a fim de que haja a possibilidade de diálogo. Novamente, como nos confirma Freire (2010, p. 69), “(...) o diálogo tem estímulo e significação: pela fé no homem e em suas possibilidades, (...) pela fé de que somente chego a ser eu mesmo quando os demais chegam a ser eles mesmos”. Portanto, mantivemos o nosso foco no diálogo, porque sabemos que é por meio dele que nos transformamos e contribuimos para a transformação do outro, do mundo e de nós mesmos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO



Uma das orientações para a realização da atividade de cyberativismo era a de que os alunos nos enviassem os links de suas postagens. Ao recebermos esses links, pudemos perceber o quanto eles tinham assimilado e compreendido bem as discussões em sala de aula. Vejamos:

Observamos em uma análise a respeito das distorções de preconceitos e ignorâncias a respeito do continente africano. A postagem nos ajuda a combater a desinformação e a xenofobia vigentes, aqui no Brasil, contra os/as africanos/as e o seu continente. Ao enfrentar o racismo anti-negro e a xenofobia anti-africana, o autor nos possibilita uma série de discussões atualíssimas e muito necessárias, não referendadas pelos valores nem pelos paradigmas históricos da escravização e da colonização.

Em postagem feita por outro estudante, que tratou do racismo no futebol, esporte mais popular em nosso país - e que conta, entre o rol de seus maiores ídolos, com mais jogadores negros do que brancos -, demonstra-se como o racismo ainda é uma ferida em aberto entre nós. Além do racismo, nesse mesmo cenário desportivo, podemos pensar igualmente na homofobia e no machismo.

Outras postagens levantaram questões relativas ao feminismo. Em sala, trouxemos à luz os debates feministas por meio de textos da autora nigeriana Chimamanda Ngozi, entre outras, além de vídeos, através dos quais nos foi possível entender que as pautas feministas, sobretudo dos feminismos negros e contra hegemônicos, são então fundamentais para a atual formação em Direitos Humanos, conforme se depreende da postagem abaixo:

Dessa forma, pudemos, *grosso modo*, constatar que as postagens souberam traduzir as diversas temáticas trabalhadas em sala de aula e que, além disso, souberam igualmente trabalhar o respeito às diferentes formas de ser e de estar no mundo, posto que somente por meio do diálogo e da empatia é que poderemos nos transformar a nós mesmos e uns aos outros, na busca incondicional pela dignidade, pela liberdade, pela igualdade, pela justiça e pelo bem viver.

CONCLUSÕES

Após as postagens nas redes sociais, tivemos a oportunidade de perceber que os alunos e alunas, que passaram pela componente curricular de SDDH, saíram com uma melhor compreensão acerca dos Direitos Humanos e da sua importância em suas formações. A partir do cyberativismo proposto, eles/elas certamente observarão o seu cotidiano com um olhar mais crítico e pontual sobre as minorias, refletirão sobre o seu posicionamento enquanto homens, numa sociedade machista e patriarcal, como mulheres negras, interseccionadas pelas opressões de gênero, raça e classe social, sem esquecer que todo ponto de vista pode acarretar um contraditório. Compreenderão, ainda assim, que as visões antagônicas devem ser respeitadas,



dentro dos limites humanos, legais e democráticos do debate, valorizando-se sempre o diálogo, a ponderação e o respeito mútuo - já que esta componente curricular pretende despertar nos/as alunos/as, acima de tudo, o senso e o valor democrático de convivência com a diversidade.

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente ao professor Dr. Francisco Vítor Macêdo Pereira, pela generosidade em compartilhar conhecimentos e por ter me dado a oportunidade de estar ao seu lado nesta caminhada acadêmica. Também agradeço à Professora Maria Estefânia Sabino Freitas, pela amizade, pelo afeto científico e pelas risadas. Que a nossa caminhada seja longa e feliz!

REFERÊNCIAS

PNAD continua TIC 2017: internet chega as três em cada quatro domicílio do país. Agência IBGE notícias, 2018. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/23445-pnad-continua-tic-2017-internet-chega-a-tres-em-cada-quatro-domicilios-do-pais>. Acesso em 10/05/2021

HAMZE, Amélia. O princípio da interdisciplinaridade na transversalidade. Canal do educador, 2021. Disponível em: <https://educador.brasilecola.uol.com.br/trabalho-docente/o-principio-da-interdisciplinaridade-transversalidade.htm#:~:text=interdisciplinaridade%20da%20transversalidade-,%20Trabalho%20Docente,na%20realidade%20e%20da%20realidade>. Acesso em: 10/05/2021

BORGES, Thassio. Redes Sociais foram o combustível para as revoluções no mundo Árabe. Opera Mundi, 2012. Disponível em: <https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/18943/redes-sociais-foram-o-combustivel-para-as-revolucoes-no-mundo-arabe>. Acesso em: 10/05/2021

ADICHE, Chimamanda Ngozi. *Para educar crianças feministas: um manifesto*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.



FREIRE, Paulo. *Educação e Mudança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010

